RELATO DE PRÁTICA

Nas escolas rurais de Acrelândia, garantia de acesso à segunda etapa.

Elisabete da Assunção José
Vanda Noventa Fonseca*

Viver em uma reserva extrativista do látex, em Acrelândia, no estado do Acre, significa ter a floresta amazônica como abrigo e poder se deliciar com frutas como o bacuri e o cupuaçu. É a chance de se unir com a comunidade, para proteger os meios de vida e a cultura, assegurando, assim, o uso sustentável dos seus recursos naturais com a finalidade de cuidar e proteger a natureza.

Quase todas as famílias dedicam-se à agricultura de sobrevivência e necessitam da contribuição de seus filhos no manejo dos animais e da roça. Também mantêm o costume de se reunirem para uma boa conversa no final do dia e de dormir em redes penduradas nas casas de madeira, aquecidas pelo fogão à lenha.

A identificação com esse contexto fortalece a comunidade, pois seus moradores aí querem estar, viver e conviver, apesar de toda a adversidade que ainda persiste, como a de andar quatro horas para desfrutar de uma partida de futebol ou navegar várias horas de barco para fazer uma simples consulta médica.

No entanto, contrariados, mas sem perspectivas de uma vida melhor, muitos jovens moradores da floresta começaram a migrar para a sede do município, em busca de "melhoras", provocando aumento populacional nas regiões periféricas da cidade, sem que tivessem as necessárias condições de trabalho, pois lhes faltava o conhecimento teórico e técnico.

Nesse cenário e sem a perspectiva de os adolescentes, jovens e adultos continuarem seus estudos após a 4ª série, e, assim, iluminarem seu futuro, nasce o projeto *Escolas Rurais Centralizadas*.

* Elisabete da Assunção José é pedagoga, responsável pela visita técnica ao município de Acrelândia, dentro da avaliação de impacto do Programa Melhoria da Educação no Município/Cenpec.

Vanda Noventa Fonseca é pedagoga, coordenadora do Programa Melhoria da Educação no Município, pelo Cenpec, e formadora do Pólo Acre, no âmbito do *Melhoria*.

Acrelândia: agricultura e extrativismo.

Com uma área de 1.575 km², o equivalente a 1,4% do território do Acre, e 12 mil habitantes, aproximadamente, Acrelândia é um município que está situado na Regional do Baixo Acre e faz fronteira com a República da Bolívia.

A maioria da população é constituída por famílias de agricultores e, portanto, a base econômica do município é a agricultura, tanto de subsistência quanto de lavouras permanentes, com destaque para o cultivo do algodão, do café e da banana.

A extração da madeira e da castanha do Brasil, atividades geralmente geridas por cooperativas e associações de produtores locais, também participa significativamente da economia municipal.

Um primeiro desafio:

Concretizar o projeto das Escolas Rurais Centralizadas.

"Aqui nesta comunidade não existem crianças fora da escola, até porque se tiver algum fora da escola, damos um jeitinho de buscá-lo. A evasão é quase nula."

Afirmação de um diretor de escola centralizada

O município de Acrelândia participou do Programa *Melhoria da Educação no Município,*[2] em 2001. À época, a equipe local, por meio da Avaliação Diagnóstica, identificou, como questão prioritária, a distorção idade-série. Para tanto, no âmbito do Plano de Ação Educativa (PA), proposto pelo *Melhoria*, formulou ações para o seu enfrentamento, dentre elas, a centralização das escolas rurais.

Quando da visita técnica — novembro de 2006 — para a Avaliação de Impacto do *Programa Melhoria*, constatou-se que as ações, propostas pelos gestores no seu Plano de Ação Educativa inicial, ganharam forma e foram viabilizadas. A equipe da secretaria, embora pequena, mostrou-se muito bem articulada.

As ações de planejamento, diagnóstico e acompanhamento são perceptíveis na articulação dos gestores da Secretaria, e um de seus desdobramentos é a escola para filhos de seringueiros, experiência que passamos a relatar.

Os gestores da Secretaria Municipal de Educação de Acrelândia, a partir da análise dos indicadores educacionais e da prática pedagógica nas escolas rurais multisseriadas, indicaram que:

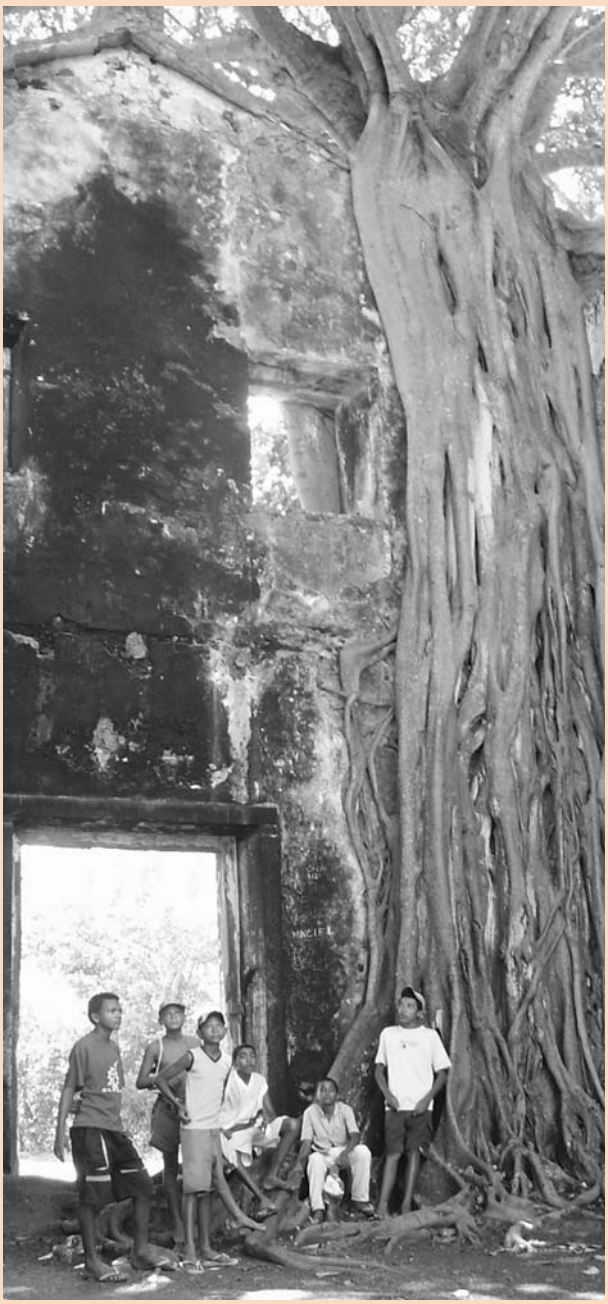
- dos alunos que conseguiam iniciar a 5ª série, após concluírem a 4ª série do ensino fundamental, mais de 50% desistiam, 40% eram reprovados e apenas 10%, aprovados;
- havia professores leigos, com multiplicidade de funções — mestre, diretor, zelador, merendeiro etc. — e sem capacitação para atender a todas as séries ao mesmo tempo.

Diante dessa realidade e no intuito de melhorar a aprendizagem e diminuir o grande índice de evasão escolar nas escolas rurais, surge a proposta de centralizar as escolas, organizando-as por série e faixa etária, cada turma com seu professor. Inicialmente, foram contemplados os alunos de 1ª a 4ª série e, gradativamente, as turmas de 5ª a 8ª série.

O transporte escolar

Acrelândia apresenta uma grande área rural, com a peculiaridade de ter 700 quilômetros de ramais (estradas vicinais). Conseqüentemente, os alunos moram em pontos isolados. No entanto, isso não imobilizou a gestão que, tendo a garantia do acesso à escola como principal meta de sua política, buscou a integração por meio dos recursos do próprio município e usou o *Programa Nacional de Transporte Escolar*, do governo federal, para atender a essa prioridade. O resultado desta articulação foi a efetivação das escolas rurais centralizadas, possibilitando o atendimento dos alunos de 70% dos ramais por 14 veículos escolares.

As ações de planejamento, diagnóstico e acompanhamento são perceptíveis na articulação dos gestores da Secretaria.



O calendário escolar

Embora cerca de 90% das escolas utilizem o transporte escolar, por ocasião das chuvas (período invernoso), as estradas não permitem a circulação dos veículos. Para cumprir os 200 dias letivos determinados pela lei, o período letivo foi ajustado: inicia-se em abril e termina em dezembro, com aulas, inclusive, aos sábados, sem intervalo para férias.

O planejamento pedagógico

O currículo é construído a partir da avaliação do trabalho pedagógico do período anterior, quando é proposto um plano de estudo e organização de ações para as mudanças necessárias. Essas atividades são realizadas em janeiro, fevereiro e março, após os professores cumprirem 45 dias de férias.

A comunidade reconhece o valor social da escola

> "Foi luta dos seringueiros, foi uma luta nossa porque os alunos que concluíam a 4ª série na reserva não tinham a oportunidade de estudar. A gente batalhou de um lado e de outro, com o governo, com prefeitura... para conseguir a escola para os meninos..."
>
> *Pai e aluno da escola centralizada.*

A Escola Centralizada para Filhos de Seringueiros, do Projeto de Assentamento Porto Dias, permitiu a educação continuada de 5ª e 8ª série do ensino fundamental e tem a marca da co-autoria. De um lado, os seringueiros, organizados na associação de classe (CTA – Centro dos Trabalhadores da Amazônia), reivindicaram, para seus filhos, o direito de acesso à escola; de outro, a Secretaria Municipal de educação, sensível a este anseio e comprometida com a educação de todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos de seu município, respondeu com a formulação e implementação do referido projeto.

Atendendo à solicitação dos pais, a Secretaria Municipal de Educação propôs um curso de ensino fundamental, com currículo por módulos disciplinares semestrais nas áreas do núcleo comum e específico. Não obstante as condições especiais criadas para o funcionamento desta proposta, houve a preocupação de preservar o mesmo referencial curricular para toda a rede municipal de ensino regular e a escola da reserva extrativista. A escola funciona aos finais de semana, em regime de semi-internato.

A situação de isolamento e a precariedade de infra-estrutura colocam a população da área do Projeto de Assentamento Porto Dias em uma situação de ausência quase total dos bens e serviços públicos. O atendimento médico é precário e os serviços de educação de 5ª à 8ª série do ensino fundamental eram inexistentes.

A instalação da escola contribui para a diminuição do êxodo rural e também oferece a oportunidade de acesso ao conhecimento sistematizado universalmente. Valorizando os saberes locais, o projeto propõe o desenvolvimento do currículo vivo, voltado para as peculiaridades locais, dentre elas, a proteção à floresta, respeitando os parâmetros curriculares nacionais.

Reforçando a política de permanência das pessoas no seu local de origem, com melhores condições de vida e para o desenvolvimento do seu trabalho, o projeto atingiu também os pais, que passaram a freqüentar a escola, onde usufruem as mesmas condições de seus filhos.

Os dados educacionais brasileiros nos mostram que os alunos moradores no campo, nos quilombos, nas reservas indígenas e nas florestas ainda não foram plenamente contemplados com a garantia da igualdade de acesso e permanência no segundo ciclo do ensino fundamental.

No entanto, o município de Acrelândia, no Acre, com o *Projeto Escola Centralizada para Filhos de Seringueiros,* do Projeto de Assentamento Porto Dias, contrariando todas as adversidades, enfrentou o desafio de oferecer a continuidade dos estudos aos alunos moradores de regiões diferenciadas, cumprindo a função social da educação: escola para todos.

Notas

1 Agradecimentos à equipe da Secretaria Municipal de Acrelândia, em especial a José Ribamar Gomes Amaral, secretário de Educação até 2006; à Edna Bernardino Silva, coordenadora pedagógica da creche municipal e vereadora recém-eleita; e à Maria do Socorro Gomes Amaral, coordenadora pedagógica da SEME.

2 *O Programa Melhoria da Educação no Município* teve início em 1999, em parceria com a Fundação Itaú Social, Unicef, Undime e Cenpec, com foco na formação de gestores da educação pública municipal.